

*Aprovado por  
a comissão de ética com  
a presença de todos os  
Grupos Parlamentares  
JCS  
01.10.13*



DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO	
CPECC	
N.º ÚNICO	474417
ENTRADA/SERIE	N.º 344 DATA 17/09/2013

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Mendes Bota

O serviço público prestado pela RTP, S.A., tem vindo a ser posto em causa, não só pela instabilidade que se instalou no seu seio quanto ao futuro da empresa, mas também e sobretudo pela natureza das alterações empreendidas que carecem de fundamento e de uma análise concertada com todas as entidades representativas da empresa.

No próximo mês de outubro, o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional apresentará em sede parlamentar o projeto para o futuro desta estação pública que, segundo afirmou, pretende travar a governamentalização da mesma.

A concretização de um desígnio para a RTP surge depois da especulação sobre os possíveis cenários da empresa e do adiamento na definição do serviço público prestado que apenas contribuíram para a desestabilização no seu funcionamento e a indeterminação quanto ao destino dos centros de produção na Madeira e nos Açores e mais recentemente do centro de produção do Porto, com evidentes repercussões na qualidade e credibilidade do trabalho desenvolvido.

Se é certo que toda a dinâmica instalada nesta empresa pública, competente pela prestação de um serviço público de rádio e televisão universal e gratuito deve ser devidamente debatida e esclarecida, as recentes notícias relativas à RTP Porto, por exemplo, tornam esta discussão ainda mais premente.

Com efeito, desde o final do ano passado que este Centro de Produção se vê confrontado com alterações na sua logística que já levaram, inclusive, à deslocalização para Lisboa do programa Praça da Alegria, desde sempre emitido a partir das instalações do Porto.

Esta situação levou aliás à aprovação pela Assembleia da Republica de duas resoluções e recomendar o Governo a não restringir ou limitar a sua produção e a salvaguardar a sua qualidade e diversidade, nomeadamente no que concerne ao seu importante papel junto das regiões e chegou



mesmo a ser objeto de um compromisso por parte do Conselho de Administração da RTP de que a empresa centralizaria toda a produção da RTP2 no Porto.

Não obstante este compromisso, em função do plano de reestruturação da RTP e da eminente introdução de novas grelhas de programação, foram os trabalhadores confrontados com as declarações do diretor de programas da estação pública que considera que *“as características das equipas do Porto são executivas e não criativas”* e com as informações, prestadas pelo diretor de informação de que o Jornal 2 (substituto do 24 horas) passará a ser emitido de segunda a sexta-feira às 22 horas, com a duração de 40 minutos, a partir da redação de Lisboa.

Segundo a imprensa, o governo e a administração da RTP concertaram ainda o fim da RTP 2 para Outubro, com o 24 horas a ser emitido apenas para o circuito e conseqüentes audiências mais restritas da RTP Informação.

De facto, esta opção é clara, e continua com o esvaziamento do Centro de Produção do Porto, bem como a desvalorização, desmotivação e menorização dos seus recursos humanos, como de resto, o diretor de programas da RTP já se encarregou publicamente de realçar.

O Partido Socialista repudia esta opção errada e centralizadora, desvirtuadora do equilíbrio dos territórios e incapaz de valorizar o todo do território e o potencial do centro de produção Norte, com provas dadas há anos.

Caso se viessem a confirmar estas medidas, a administração da RTP revelaria estar a desbaratar infraestruturas e a faltar ao respeito a uma região, já de si fortemente abalada pela crise económica e social, cada vez mais ignorada, por quem tem o dever e a obrigação de prestar serviço público.

Urge perceber também as competências que ficarão afetadas a um conjunto significativo de profissionais da RTP que ao longo dos últimos anos vêm demonstrando uma capacidade inequívoca para a produção de programação de qualidade e um acervo informativo abrangente, sólido e atual.

Para além destes desenvolvimentos preocupantes em relação ao Centro de Produção da RTP Porto, há muito que se avolumam dificuldades adicionais à gestão da RTP e à preservação do seu futuro e da sua viabilidade, que tornam urgentes esclarecimentos por parte dos responsáveis diretos pela gestão da empresa. Vários são os factos recentes que o têm evidenciado:



- As necessidades, reconhecidas pelo próprio Conselho de Administração, de reforço do financiamento, de forma a assegurar o cumprimento do plano de reestruturação, perante a obrigação de reposição dos subsídios decorrente da decisão do Tribunal Constitucional;
- A incerteza em torno do procedimento de redução do pessoal assente, nesta fase, num processo de rescisões amigáveis, mas em que não está afastado o recurso a um despedimento coletivo;
- A ausência de desenvolvimentos e de abertura da discussão pública do procedimento de revisão do contrato de concessão de serviço público de televisão;
- As críticas e dificuldades que têm vindo a público quanto ao processo de fusão de redações da rádio e da televisão, pondo em risco a autonomia editorial e evidenciando mais uma opção pela redução de pessoal;
- A falta de informação quanto ao processo de reestruturação dos centros regionais que visa assegurar participação na gestão da RTP-Açores e RTP-Madeira dos respetivos Governos regionais;
- As dificuldades adicionais à sustentabilidade financeira da empresa resultantes da quebra das receitas de publicidade.

Neste sentido, confrontados com a necessidade de uma resposta célere por parte dos principais responsáveis pelo funcionamento da empresa quanto aos diversos aspetos enunciados e quanto ao rumo de reestruturação da empresa, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerem a audição urgente do Conselho de Administração da RTP, S.A. com o fim de auscultar este órgão sobre o futuro desta estação pública e da sua infraestrutura física e humana instalada no país.

Assembleia da Republica, 16 de setembro de 2013

Os Deputados,

Carlos Zorrinho



Fernando Jesus

Inês de Medeiros

Francisco Assis

Isabel Oneto

João Paulo Correia

Luísa Salgueiro

Ana Paula Vitorino

Alberto Martins

Pedro Delgado Alves